

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE DESINFORMAÇÃO: uma análise a partir da base *Scopus*

Carla Conforto de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0003-2960-9429>

carla.conforto@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP)

Zaida Chinchilla-Rodríguez

<https://orcid.org/0000-0002-1608-4478>

zaida.chinchilla@csic.es

Consejo Superior de Investigaciones
Científicas (CSIC)

Ely Francina Tannuri de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0003-3365-3000>

etannuri@gmail.com

Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP)

Maria Cláudia Cabrini Grácio

<https://orcid.org/0000-0002-8003-0386>

cabrini.gracio@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP)

Resumo:

Este estudo tem como objetivo caracterizar a presença de financiamento público, proveniente das principais agências de fomento brasileiras, nos artigos científicos nacionais sobre desinformação indexados na base Scopus. Como procedimento de pesquisa, analisou-se um corpus constituído de 493 artigos, na janela temporal de 2018 a 2025. A análise dos dados revelou crescimento contínuo das pesquisas, principalmente com financiamento público nos últimos anos. As Ciências Sociais lideraram as publicações, seguidas por Medicina e Ciência da Computação. Com exceção para a área de Medicina, predominou o financiamento federal, com destaque para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Como resultado, demonstra crescimento na produção, principalmente com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com concentração nas Ciências Sociais.

Palavras-Chave: Desinformação. Fake News. Financiamento Público. Produção científica.

EIXO TEMÁTICO:

Ciência, Tecnologia e Inovação

MODALIDADE:

Resumo expandido

DOI: 10.22477/x.ebbc.1068

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

OLIVEIRA, Carla Conforto de; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; CHINCHILLA-RODRÍGUEZ, Zaida; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Financiamento da produção científica brasileira sobre desinformação: uma análise a partir da base Scopus. In: EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. 10. **Anais [...]**. Curitiba, 2026. DOI: 10.22477/x.ebbc.1068. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/x.ebbc.1068>.



1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da desinformação tem sido amplamente reconhecido como um dos principais desafios do século XXI, com impacto negativo em diversas áreas, como o processo democrático de direito, enfraquecendo a democracia e fomentando a intolerância, nas políticas públicas, na saúde, reduzindo a participação pública em campanhas de vacinação e na ciência, devido ao descrédito científico e à infodemia, especialmente a que ocorreu durante a pandemia (Lazer *et al.*, 2018).

Segundo a análise do orçamento de Ciência, Tecnologia e Inovação na Lei Orçamentária Anual de 2026, apesar do crescimento de 10,76% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em relação a 2025, os anos anteriores sofreram fortes restrições fiscais. Assim, o crescimento da produção científica ocorre em um contexto marcado pela falta de recursos orçamentários e reconfigurações de políticas de fomento à pesquisa. Em um contexto de restrições orçamentárias e aumento da desinformação, é importante analisar a presença do aporte de recursos públicos na investigação desse fenômeno.

A desinformação tem se tornado um tema de crescente interesse na comunidade científica e um ponto crítico nas esferas social e política. Com o aumento das formas de manifestação da desinformação, a pesquisa sobre desinformação está se expandindo (Vosoughi *et al.*, 2018), mas há pouca clareza quanto ao financiamento dessa pesquisa.

O objetivo geral é caracterizar a presença de financiamento público no Brasil em artigos científicos nacionais sobre desinformação. Especificamente, descrever a evolução temporal da presença de financiamento, apresentar sua distribuição por área do conhecimento e identificar os principais órgãos públicos que promovem

essa produção.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DESINFORMAÇÃO E FINANCIAMENTO DA PESQUISA

A desinformação é um fenômeno que tem ganhado visibilidade mundial, especialmente no contexto de campanhas eleitorais, períodos de crises sanitárias como a pandemia de COVID-19 e com o aprimoramento da Inteligência Artificial (IA) e das *deepfakes* (Sloot; Wagenveld, 2022). A popularização global do termo “*fake news*” nos Estados Unidos em 2016, no contexto da campanha eleitoral e da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) (Tandoc; Lim; Ling, 2017), foram eventos relevantes que contribuíram para a popularização da desinformação e para a sobrecarga de informações que circularam online durante a pandemia, conhecida como infodemia (OMS, 2020). Embora a desinformação seja um conceito relativamente recente, já demonstrou seu potencial nocivo para a sociedade e a democracia, por ser um fenômeno complexo e multifacetado. Caracterizada como conteúdo adulterado, distorcido ou enganoso, com o intuito de iludir, confundir e manipular a opinião pública, a desinformação é motivada por questões sociais, políticas, financeiras e psicológicas (Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Dadas as suas repercussões, a desinformação tornou-se um objeto consolidado de pesquisa em diversos campos do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação (CI) e as Ciências Sociais (CS), refletindo sua natureza interdominial e sua importância social e científica (Wang *et al.*, 2022). Portanto, “É fundante que a ciência investigue as questões de desinformação a fim de evitar uma contaminação na fundamentação [...] e do fazer científico em geral com pautas que possuem a intenção de manipular e enganar a sociedade” (Silva; Barros; Bezerra, 2023, p. 15).

Dessa forma, a integridade do próprio conhecimento científico e da sociedade pode ser protegida, especialmente em momentos em que a ciência é desafiada e desacreditada.

Para combater a desinformação, a produção científica é uma das principais medidas de desenvolvimento científico e tecnológico, em nível nacional e mundial, pois representa o resultado de estudos conduzidos por pesquisadores e instituições de ensino. O financiamento é vital para a sobrevivência da ciência, para o desenvolvimento e a soberania de um país. Ele provém de três fontes principais: governo, fundações sem fins lucrativos e indústria, sendo o apoio governamental às atividades de P&D essencial para garantir os benefícios públicos dessas atividades (McManus; Neves, 2021). Neste contexto, as agências de fomento público constituem uma parte essencial da comunicação científica, dada sua função na distribuição de recursos financeiros a pesquisadores e instituições e, no cumprimento desse papel, no estabelecimento de políticas e diretrizes para a comunidade científica (Mugnaini *et al.*, 2022).

As três principais agências federais de fomento brasileiras têm missões diferentes. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) financia principalmente bolsas de pós-graduação e mantém o Portal de Periódicos e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) financia projetos individuais e bolsas de pesquisa. Ademais, destaca-se em âmbito brasileiro, a atuação das agências de fomento estaduais (FAPs). Nesse contexto, é importante analisar como o financiamento se relaciona com as áreas de pesquisa e questões emergentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, o *corpus* bibliográfico consiste em artigos científicos publicados em

periódicos e indexados na base de dados *Scopus*. Utilizando os mesmos critérios nas bases *Web of Science (WoS)*, *Dimensions* e *Scopus*, recuperou-se o maior número de publicações na base *Scopus*, sendo, assim, a base escolhida para este estudo. A estratégia de busca (realizada em fevereiro de 2026) utilizou os termos “*disinformation*”, “*misinformation*” e “*fake news*” no título e nas palavras-chave, limitada a artigos vinculados ao Brasil publicados entre 2018 e 2025. A escolha desse recorte temporal se justifica pelo fato de que 2018 marca o início da consolidação da produção científica brasileira sobre desinformação indexada na *Scopus*, uma vez que antes desse período, os únicos anos com publicação foram: 2016 com duas pesquisas e 2008, 1999, 1997, com apenas um estudo cada, exibindo um percentual não significativo fora da janela temporal estabelecida. Um total de 493 documentos foi recuperado (já excluídos artigos duplicados). A busca no campo “resumo” foi omitida porque recuperou artigos que não abordavam diretamente o fenômeno da desinformação, visto que, em alguns casos, os termos apareciam de forma contextual. Posteriormente, na busca avançada, foram adicionadas as principais agências de fomento¹ às pesquisas brasileiras: FUND-ACR², com as seguintes agências: FAPERGS, FAPEAL, FAPESB, FAPESC, FAPEG, FAPT, FUNCAP, FAPEMA, FACEPE, FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, FAPES, FAPERO, FUNDECT, FAPESQ, FAPEAP, FAPEAM, FAPEPI, FAPEMIG, FAPERJ, FAPERN, FAPITEC, CAPES, CNPQ, BNDES, FINEP, ANPEI, FAPAC, FAPDF, FAPEMAT, FAPESPA e MCTIC. Em conferência dos 367 documentos sem financiamento, observou-se que 19 deles constavam com financiamento da FAPESP. Após confirmação manual, por acesso ao texto completo, eles foram acrescidos aos 126 com financiamento, totalizando 145 artigos. Para a análise, utilizou-se o conceito de elite de pesquisa de Price (1976) para áreas de conhecimento e agências de fomento. Foram encontradas 25 áreas, sendo analisadas as 5 áreas ($\sqrt{25}=5$) consideradas elite quanto ao universo de artigos sobre

¹ As agências foram retiradas do seguinte site: <https://www.embrapa.br/principais-instituicoes-nacionais-de-fomento>.

² O acrônimo FUND-ACR foi retirado da própria base de dados *Scopus* e descreve a sigla do patrocinador do financiamento, ou seja, é utilizado no campo da sigla da entidade financiadora.

desinformação com financiamento público brasileiro. Em relação às agências de fomento, foram encontradas 15 instituições nacionais, cuja raiz quadrada equivale à quatro ($\sqrt{15}=3,87$) agências que compõem a elite de financiamento público brasileiro no tema analisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos artigos brasileiros analisados por biênio de publicação, de 2018 a 2025, comparando a evolução do financiamento público brasileiro sobre desinformação. Observa-se que o número de artigos publicados apresenta crescimento constante no período com e sem financiamento, assim como tendência de alta na presença de financiamento, passando de 26% dos artigos publicados no biênio 2018-2019 para 36% no último biênio (2024-2025).

Tabela 1 - Distribuição dos artigos analisados por biênio de publicação por presença do financiamento público brasileiro no tema desinformação

BIÊNIO	FINANCIAMENTO						TOTAL
	COM	% COLUNA	% LINHA	SEM	% COLUNA	% LINHA	
2018-2019	6	4	26	17	5	74	23
2020-2021	23	16	20	91	26	80	114
2022-2023	44	30	28	111	32	72	155
2024-2025	73	50	36	130	37	64	203
Total	146	100		349	100		495

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação às áreas, as CS concentram o maior número de publicações sobre desinformação, indicando grande interesse no tema, amplamente estudado como um fenômeno social e informacional. Dos 293 documentos (59,4% do total), 22,2% das publicações relatam ter financiamento, enquanto 77,8% das publicações não revelam financiamento. Este resultado contrasta aos de Shueb *et al.* (2021), para

os quais Ciência da Computação (CC) configurou com a maior porcentagem das publicações internacionais sobre *fake news* indexadas na WoS no período de 2000 a 2020.

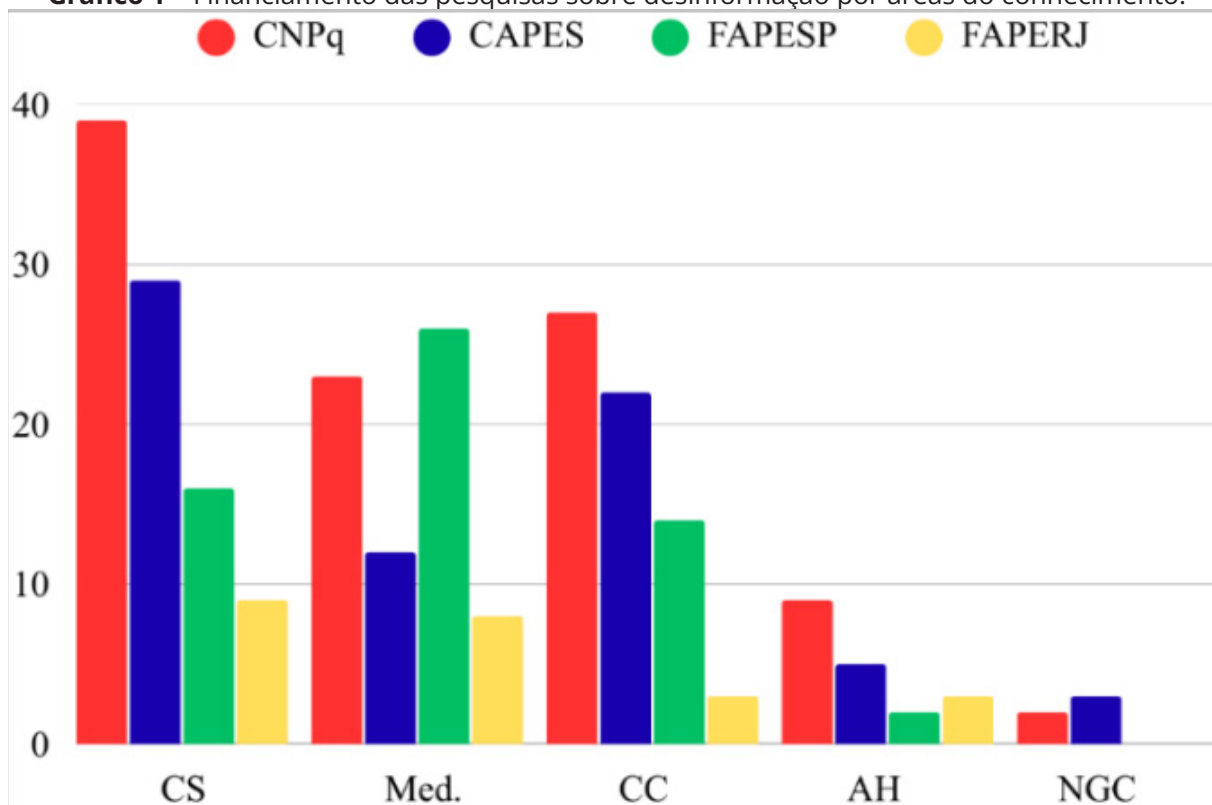
A Medicina (Med.) demonstra o segundo maior interesse em publicações sobre desinformação, com 129 documentos (32,6% financiado e 67,4% não financiados), sendo a maioria da produção científica sobre desinformação não financiada.

A área de CC publicou 82 artigos (45,1% financiados e 54,9% não financiados). Apesar da predominância de estudos não financiados, observa-se uma distribuição relativamente mais equilibrada em comparação às outras áreas.

Artes e Humanidades (AH) registraram 48 artigos (31,3% financiados e 68,8% não financiados), demonstrando menor nível de envolvimento de agendas de financiamento sobre o tema, apesar de sua contribuição para o debate.

A área de Negócios Gestão e Contabilidade (NGC) com 24 artigos (20,8% financiados e 79,2% não financiados), indicando baixa produção e pouco financiamento disponível, sugerindo uma priorização limitada da temática nessa área e menos recursos.

Gráfico 1 – Financiamento das pesquisas sobre desinformação por áreas do conhecimento.



Fonte: Elaborado pelas autoras. Nota: Ciências Sociais (CS), Medicina (Med.), Ciência da Computação (CC), Artes e Humanidades (AH) e Negócios, Gestão e Contabilidade (NGC).

A análise do financiamento de agências de fomento revela diferenças significativas na distribuição entre as áreas do conhecimento (Gráfico 1). As CS, a CC e as AH apresentam uma diferença significativa na produção financiada, com CNPq e CAPES destacando-se, indicando uma forte presença de agências federais. Na Med., FAPESP e CAPES mostram maior participação. A área de NGC tem menos publicações financiadas, apenas CAPES e CNPq exibem financiamento, demonstrando baixo nível de envolvimento das agências de fomento. Esses resultados coincidem com os observados por Shueb *et al.* (2021), que destacam CAPES, CNPq e FAPESP entre as 15 principais agências de financiamento para pesquisa sobre desinformação.

Contudo, pondera-se que há inconsistências inerentes à própria base, visto que Álvarez-Bornstein e Montesi (2020) consideram que a *Scopus* registra ausências

ou erros nos documentos indexados, advindos da falta de normalização nos agradecimentos e do fato de não indexar o texto completo da seção de fomento. Esta observação se prestou como indicativo de que a confiança nos dados brutos pode subestimar a real extensão do financiamento, indo ao encontro dos dados encontrados neste estudo, ratificando assim os achados por Álvarez-Bornstein e Montesi (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram um crescimento sustentado na produção científica brasileira sobre desinformação durante o período analisado, acompanhado por um aumento gradual no financiamento público. As CS respondem pela maioria das publicações, seguidas por Med. e CC, enquanto o financiamento se concentra principalmente em agências federais como CNPq e CAPES.

Neste estudo, a concentração referente à proporção significativa da produção e dos recursos de pesquisa é observada tanto em áreas específicas do conhecimento quanto em um pequeno número de agências de fomento. No entanto, os resultados devem ser interpretados com cautela, pois a ausência de financiamento relatado nos artigos não implica necessariamente a ausência de apoio financeiro, visto que as fontes de financiamento nem sempre são declaradas em publicações científicas. Além disso, a análise se limita a um período relativamente curto e um conjunto específico de áreas e agências, além disso, uma limitação do estudo relaciona-se com a questão sobre a indexação relativa aos agradecimentos ao financiamento. Pesquisas futuras podem ampliar o período e considerar um número maior de áreas e organizações de financiamento para obter uma visão mais abrangente do financiamento da pesquisa sobre desinformação no Brasil.

Por fim, esses resultados também ressaltam a importância de aprimorar a di-

vulgação do financiamento em publicações científicas, tanto por pesquisadores quanto por meio de iniciativas institucionais e de agências de fomento voltadas ao fortalecimento da transparência e da visibilidade do financiamento público.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-BORNSTEIN, B.; MONTESI, M. Funding acknowledgements in scientific publications: a literature review. **Research Evaluation**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 469-488, 1 out. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/reseval/rvaa038>. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/238213>. Acesso em: 09 mar. 2026.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234216/001135967.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2026.

LAZER, D. M. J.; BAUM, M. A.; BENKLER, Y.; BERINSKY, A. J.; GREENHILL, K. M.; MENCZER, F.; METZGER, M. J.; NYHAN, B.; PENNYCOOK, G.; ROTHSCHILD, D.; SCHUDSON, M.; SLOMAN, S. A.; SUNSTEIN, C. R.; THORSON, E. A.; WATTS, D. J.; ZITTRAIN, J. L. The science of fake news: addressing fake news requires a multi-disciplinary effort. **Science**, [S. l.], v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 9 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.aao2998>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aao2998>. Acesso em: 07 mar. 2026.

MCMANUS, C.; NEVES, A. A. B. Funding research in Brazil. **Scientometrics**, v. 126, p. 801-823, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03762-5>. Acesso em 02 mar. 2026.

MUGNAINI, R.; IGAMI, M. P. Z.; KRZYZANOWSKI, R. F. Acesso aberto e financiamento da pesquisa no Brasil: características e tendências da produção científica. **Encontros Bibli**, [S. l.], v. 27, p. 1-26, 3 jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e78818>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78818>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Novel coronavirus (2019-nCoV)**: situation report – 13, 2 February 2020. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200202-sitrep-13-ncov-v3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PRICE, D. de S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

SHUEB, S.; SHAFIQ, H.; GUL, S.; BASHIR, S.; GULZAR, F. Fake News Mapping the Fakeness through Scholarly Output Lenses. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 260–267, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.14429/djlit.41.4.17139>. Disponível em: <https://publicationsdrdo.in/index.php/djlit/article/view/17139>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SILVA, J. L. C.; BARROS, L. G. de S.; BEZERRA, F. T. S. A produção sobre desinformação na ciência: estudo realizado na BRAPCI. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1–30, 2023. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/2013>. Acesso em: 17 fev. 2026.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”: a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 137–153, 30 ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319383049_Defining_Fake_News_A_typology_of_scholarly_definitions. Acesso em: 10 fev. 2026.

SLOOT, B. V. D.; WAGENSVELD, Y. Deepfakes: regulatory challenges for the synthetic society. **Computer Law & Security Review**, [S. l.], v. 46, p. 1–15, set. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2022.105716>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0267364922000632?via%3Dihub>. Acesso em: 06 mar. 2026.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, [S. l.], v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 9 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.aap9559>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559>. Acesso em: 06 mar. 2026.

WANG, S.; SU, F.; YE, L.; JING, Y. Disinformation: a bibliometric review. **International Journal of Environmental Research And Public Health**, [S. l.], v. 19, n. 24, p. 16849, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/24/16849>. Acesso em: 13 mar. 2026.